



FERNANDO LEMOS
Editor-Executivo

83 - NÃO SERÁ UM PASSEIO TURÍSTICO

Que ninguém espere uma legislatura amena, como muitas dos últimos anos: o ano legislativo de 83 vai ser no mínimo caótico. Mas é do caos que nascem as grandes idéias, e só o caos, os desencontros, as buscas, podem ser parceiros de uma nova convivência política, de um novo ordenamento jurídico no Brasil. Afinal, em 83 começa o bê-a-bá político, começa a ser escrita a cartilha democrática.

Para começar, não existem mais governadores nomeados por uma decisão de Brasília. Isso quer dizer que as bancadas nordestinas do PDS, por exemplo, surgem com uma força nova, um ânimo novo - ganham, enfim, verdadeira representatividade, na medida em que fazem o "lobby" de seus governadores, eleitos pelo voto. Muito diferente da postura de uma bancada que tinha em sua retaguarda um governador nomeado por decreto imperial.

A rigor, do ponto de vista do Governo central, os governadores do PDS vão ser muito mais incômodos do que os governadores de oposição - porque muito mais exigentes. E nesse sentido o Nordeste aparece com uma força inédita: afinal, dos doze governadores eleitos pelo PDS, nove o foram no Nordeste. Uma consequência natural dessa ascensão de governadores respaldados pelo voto popular é a reforma tributária, que dificilmente ficará restrita àquela que está sendo proposta pelo Governo.

Outra novidade na cena política: os parlamentares terão que encontrar (e o Governo terá que enfiar goela adentro) a linguagem da negociação. Nada se fará, dentro do Congresso, sem uma ampla negociação. O PDS perdeu a maioria no Congresso, mas as Oposições não ganharam essa maioria. Por um motivo muito simples: as Oposições não falam a mesma língua. O único partido coerente, do ponto de vista ideológico, é o PT. Mas sua bancada nada pode fazer: são apenas 8 deputados. O PDT é uma colcha de retalhos costurada à última hora, e que se surpreende agora no Congresso, trazida a Brasília, como um rio que corre para o interior, pela enxurrada de votos de Brizola, no Rio. O PTB é um partido sem caráter: vai para onde o levarem os ventos da conveniência. O PMDB é um partido nacionalmente radical, mas moderado nas bases. O que nos leva à previsão de que os radicais, sem sustentação, acabarão despencando morro abaixo - ninguém sabe se para o canto escuro do esquecimento, ou se para um novo partido.

Em outras palavras: as oposições nunca formarão o sonhado "bloco" contra o Governo, nem mesmo em questões substantivas, como a votação do decreto-lei que alterou a política salarial - e que teoricamente pode ser derrubado no Congresso, pelas oposições unidas. Além disso, com sua tranquila maioria no Senado, o Governo tem o poder de veto a qualquer projeto que as oposições, eventualmente, possam aprovar na Câmara. O que nos leva de novo à negociação como o único caminho - num bifurcação onde a outra estrada conduz ao immobilismo, fatal, suicida no momento atual, que exige criatividade e clarividência dos políticos.

Por cima de tudo isso, há a sucessão presidencial - uma questão que nos envolve a todos, mas que, a rigor, começa e acaba dentro do PDS, e no Palácio do Planalto. Como o PDS, por uma mágica contabilística, manteve a maioria no colégio eleitoral, quem o PDS indicar na sua Convenção Nacional, em setembro de 84, será o sucessor de Figueiredo. E, queira ou não queira o presidente Figueiredo, a sucessão já está nas ruas.

Se o tiroteio já começou, ainda vem mais chumbo grosso por aí. E é evidente que Brasília será o palanque dessa eleição indireta, decidida por privilegiados - e influenciáveis - eleitores. Como Brasília será o palanque dessa campanha eleitoral "sui generis", o Congresso refletirá essa verdadeira guerra nas estrelas.

Uma outra marca registrada dessa legislatura: pela primeira vez há, de um lado e do outro, economistas com experiências de gerenciamen-

to, a nível de Governo, dentro do Congresso. É o caso de Roberto Campos, eleito pelo PDS, e Severo Gomes, eleito pelo PMDB, ambos ex-ministros. O que é particularmente importante num ano que será marcado pela crise econômica, por uma profunda recessão. Quem irá mostrar ao povo que a retirada, ainda que gradual, dos subsídios ao trigo e ao petróleo, por exemplo, não altera os preços relativos na economia brasileira? Quem fará o povo entender que se o diesel e o pão nôssos de cada dia estão artificialmente mais baratos, alguém está pagando o pato via preço artificialmente alto, em outro produto? Quem enfiará na cabeça do povo que é preciso restaurar a verdade dos preços, para que o mercado coloque os pés no chão? E quem, por sua vez, falará das aflições do povo, quando o salário é reduzido por decreto, e os preços aumentados para que se equilibre o balanço de pagamentos e se pague a dívida externa? O Congresso, é claro. De Roberto Campos a Agnaldo Timóteo, de Juruna a Ulysses Guimarães. E pode-se esperar um Congresso lutando também para recuperar outras prerrogativas perdidas, de 64 para cá. Afinal, quem vai presidir a Câmara é Flávio Marcílio, pai do projeto das prerrogativas, que acabou sendo aprovado apenas parcialmente. E ainda há muito espaço a conquistar. Portanto, que ninguém espere uma legislatura amena. 83 vai ser um ano duro no Congresso Nacional. Mas criativo.